



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Piauí

**Seleção Pública para Estagiários de Nível Superior do  
Programa de Estágio Não Obrigatório do  
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TRE/PI**

---

# DIREITO - Nível Superior

---

## Informações Gerais

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

## Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão de respostas: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão de respostas, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão de respostas.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão de respostas.

## Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão de respostas é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão de respostas, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os(as) candidatos(as) não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o(a) candidato(a) que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o(a) candidato(a) que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.
- O(A) candidato(a) que desejar levar este caderno somente poderá se ausentar da sala de provas meia hora antes do horário previsto para seu término.

## LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

1. Constituem características predominantes da redação de uma certidão, **EXCETO**:

- A) Construção sintática de forma direta.
- B) A polidez da linguagem.
- C) Uso do verbo principal (de afirmação ou certificação) na primeira pessoa do presente do indicativo.
- D) Uso de verbo principal (de afirmação ou certificação) na primeira pessoa do pretérito perfeito.
- E) Uso de normas da gramática padrão.

2. Em uma troca de correspondências, o ofício, na Redação Oficial, pode ser usado nas seguintes situações, **EXCETO**:

- A) Público – privado
- B) Público – público
- C) Público - privado – público
- D) Privado – privado
- E) Público – privado – público – público

3. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, marque a alternativa **CORRETA** que apresenta a definição de Redação Oficial.

- A) Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações e atos normativos. Sua finalidade básica impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daqueles da literatura, do texto jornalístico etc.
- B) Pode-se dizer que a redação oficial é toda manifestação de linguagem que tem como uma das características a expressão estética. Sua finalidade básica reside no bem escrever, no uso correto das normas gramaticais para fins diversos de comunicação.
- C) Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público rege o processo de escrever um texto, ou seja, de estruturar um discurso escrito. Sua finalidade básica seria colocar em prática as normas gramaticais da língua e usar os conectivos certos para garantir que exista coesão entre as ideias apresentadas através dos diversos tipos de textos.
- D) Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público constrói documentos escritos em vista de resumir suas atividades realizadas e informar seus dados e resultados obtidos. A estrutura dos textos oficiais deve apresentar: título, introdução, referências, desenvolvimento e conclusão.
- E) Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público avalia o que acontece em suas atividades normativas por escrito e, por vezes, por meio da oralidade guiada pelos tipos de textos destinados para tais atividades. Sua finalidade básica está em ratificar, por escrito, toda e qualquer atividade em prol de verificar a própria evolução do processo normativo.

4. Em relação aos usos dos pronomes de tratamento, em conformidade com o Manual de Redação da Presidência da República, selecione a alternativa **CORRETA** que apresenta o respectivo uso dos pronomes de tratamento de acordo com a autoridade correspondente.

- A) Presidente da República – Vossa Excelência / Ministro de Estado – Vossa Senhoria.

- B) Deputado Federal – Vossa Senhoria / Embaixador – Vossa Senhoria.
- C) Ministro do Tribunal de Contas da União – Vossa Excelência / Oficial-General das Forças Armadas – Vossa Senhoria.
- D) Presidente do Supremo Tribunal Federal – Vossa Excelência / Senador da República – Vossa Senhoria.
- E) Oficial-General das Forças Armadas – Vossa Excelência / Outros postos militares – Vossa Senhoria.

5. Os pronomes de tratamento apresentam certas peculiaridades quanto às concordâncias verbal, nominal e pronominal. A partir disso, selecione a única alternativa **INCORRETA** que não segue as regras de concordância da redação oficial.

- A) Vossa Senhoria designará o assessor.
- B) Vossa Excelência está atarefado.
- C) Vossa Senhoria designará vosso substituto.
- D) Vossa Excelência está atarefada.
- E) A Sua Excelência o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

Responda a sexta e a sétima questões com base no seguinte período sintático:

No período sintático:

*“Ora direis, ouvir estrelas, por certo perdeste o senso, e eu vos direi, no entanto, enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto.”*

6. Há um sujeito relacionado ao primeiro verbo do período acima que pode ser classificado como:

- A) Composto
- B) Oculto
- C) Simples
- D) Elíptico
- E) Indeterminado

7. Os termos sublinhados exercem:

- A) Função morfológica e sintática iguais.
- B) Função sintática diferente e função morfológica igual.
- C) Função sintática diferente e função morfológica diferente.
- D) Função sintática igual apenas os três primeiros e todos a mesma função morfológica.
- E) Função morfológica igual apenas os três primeiros e todos a mesma função sintática.

8. Para responder à questão, considere o trecho do poema do escritor piauiense H. Dobal:

Alegrias da vista  
A floração dos paus-d’arco  
A vermelha explosão dos flamboians.  
A coroa de flores dos caneleiros.  
O verão que desnuda as mulheres.  
O caminho das águas: dois rios descendo va-ga-ro-sos.  
Acordar alta madrugada com a lua nova entrando  
Pelos basculantes abertos.  
Todos os sonhos de um amador de paisagens.

(DOBAL, H. *Declaração das alegrias de um poeta solitário*.  
In: *Poesia Reunida*. Teresina: Plug, 2007)

Assinale a alternativa **CORRETA** que melhor caracteriza o poema apresentado.

- A) Instantâneos visuais ou através de cenas que provocam sensação de materialidade.
  - B) Imaginário de uma história de amor.
  - C) É necessário a imersão e o mergulho no corpo das cenas descritas para se tornarem imagens completas.
  - D) Jogo de imagens no qual a sensação predominante é a de movimento.
  - E) Visualidade que descreve o aborrecimento do *eu lírico*.
9. De acordo com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, marque a única alternativa que apresenta as palavras escritas corretamente em relação às mudanças nas regras de acentuação.
- A) Alcalóide, boia, celuloide, colméia e androide.
  - B) Odisséia, tramoia, epopeia, coréia e estóico.
  - C) Boia, claraboia, heroico, joia e plateia.
  - D) Ideia, debiloide, geleia, apóio e apóia.
  - E) Estóico, tramóia, geleia, apoia e geléia.

10. De acordo com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa (2013), de Rocha Lima, usa-se a crase para marcar a junção da preposição 'a' com o artigo 'a' e, por sua vez, com alguns pronomes demonstrativos. A partir disso, marque a alternativa que apresenta o **CORRETO** uso dessa regra.

- A) Já assistiu à uma peça teatral?
- B) Voltarei à Roma em dezembro.
- C) A cidade fica à duas léguas do centro.
- D) Prefiro minha à casa de Rita.
- E) Não vou à cerimônias públicas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Sobre os princípios que norteiam a Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O princípio da impessoalidade determina que a atuação do agente público visa a atingir o interesse coletivo e não interesses privados, não beneficiando ou prejudicando pessoas ou grupos específicos.
- B) Comprovado o vício de legalidade do ato, a Administração, pelo princípio da autotutela, poderá revogá-lo.
- C) O princípio da legalidade, previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, estabelece que à Administração Pública é facultado fazer tudo o que a lei não proíbe.
- D) O princípio da publicidade exige objetividade no atendimento do interesse público, proibindo a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- E) A conduta eficiente deve ser buscada pelo agente no exercício de suas funções. O princípio da eficiência só passou a ser exigido após a Emenda Constitucional n. 19/1998.

12. Assinale a alternativa **CORRETA** em relação ao instituto da revogação e da anulação dos atos administrativos.

- A) A administração não pode revogar seus atos.
- B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.
- C) A administração não pode anular seus próprios atos

quando considerados ilegais, porque deles não se originam direitos.

- D) O Judiciário pode entrar no mérito do ato administrativo.
- E) A administração pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

13. Assinale a opção **INCORRETA** em relação à Lei n. 8.112/1990.

- A) Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- B) A exoneração de ofício dar-se-á quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- C) O servidor que deva ter exercício em outro município, em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório, terá, no mínimo, 15 e, no máximo, 20 dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- D) Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- E) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

14. Para a doutrina majoritária, os elementos do ato administrativo são:

- A) Sujeito competente, forma, motivo, objeto e finalidade.
- B) Forma, objeto, finalidade, tipicidade e sujeito competente.
- C) Motivo, autoexecutoriedade, objeto, forma e finalidade.
- D) Abrangência, forma, motivo, objeto e finalidade.
- E) Coercibilidade, sujeito competente, objeto, finalidade e motivo.

15. Assinale a alternativa que, segundo a Lei n. 8.112/90, traz um rol de hipóteses que geram vacância:

- A) Demissão, readaptação, posse em outro cargo inacumulável, transferência.
- B) Exoneração, demissão, falecimento, aproveitamento.
- C) Exoneração, promoção, readaptação, falecimento.
- D) Aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável, recondução, promoção.
- E) Falecimento, promoção, readaptação, ascensão.

16. Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) *Vacatio legis* é o período compreendido entre a data de publicação de uma lei e o início de sua vigência.
- B) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país decorridos 30 dias de sua publicação oficial.
- C) A obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida nos estados estrangeiros, terá início 03 meses após sua publicação oficial.
- D) Derrogação é a revogação parcial de uma lei por outra lei posterior.
- E) Ab-rogação é a revogação total de uma lei por outra lei posterior.

17. A concepção do domicílio relaciona-se com outros conceitos, como de residência e moradia. A respeito do tema do domicílio necessário, assinale a opção **INCORRETA**, conforme dispositivos do CC/2002.

- A) O domicílio dos absolutamente e relativamente incapazes é o mesmo de seus representantes.
- B) O domicílio do servidor ou funcionário público é o local em que exerce, de forma provisória, as suas funções.
- C) O domicílio do militar é o do quartel onde servir ou do comando em que se encontrar subordinado.
- D) O domicílio do marítimo, ou marinheiro, é o do local em que o navio estiver matriculado.
- E) O domicílio do preso é o local em que cumpre a sua pena.

18. O Código de Processo Civil destaca que o juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico (art. 140, CPC). Nessa perspectiva, Carlos Roberto Gonçalves destaca que o legislador não consegue prever todas as situações para o presente e para o futuro, pois o direito é dinâmico e está em constante movimento, acompanhando a evolução da vida social, que traz em si novos fatos e conflitos. Ademais, os textos legislativos devem ser concisos e seus conceitos enunciados em termos gerais. Tal estado de coisas provoca a existência de situações não previstas de modo específico pelo legislador e que reclamam solução por parte do juiz. Como este não pode eximir-se de proferir decisão sob o pretexto de que a lei é omissa, deve valer-se dos mecanismos destinados a suprir as lacunas da lei. (Direito Civil Esquemático, v. 1, ed. Saraiva, 2011, p. 71)

Dentre os mecanismos estabelecidos para suprimento das lacunas da lei, quando a lei for omissa, o juiz decidirá de acordo com:

- A) A Analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e exigências do bem comum.
- B) Apenas com os princípios gerais do direito.
- C) Apenas com os princípios gerais do direito e exigências do bem comum.
- D) A Analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.
- E) A Analogia, os costumes, os princípios gerais do direito, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

19. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, elevou a nível constitucional a proteção do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (art. 113, item 3, CR/34). Desde então, apenas a Constituição outorgada em 1937 não trouxe expressamente tal previsão. Nessa perspectiva, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe que a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (art. 6º, LINDB). Nessa perspectiva, analise as categorias e conceitos abaixo:

- 1. Ato jurídico perfeito;
- 2. Direito adquirido;
- 3. Coisa julgada;

A - Decisão judicial de que já não caiba recurso (art. 6º, §3º, LINDB).

B - Ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou (art. 6º, §1º, LINDB).

C - Imutabilidade dos efeitos da sentença.

D - O que já se incorporou definitivamente ao patrimônio e à personalidade de seu titular, não podendo lei nem fato posterior alterar tal situação jurídica (Carlos Roberto Gonçalves, Direito Civil Esquemático, v. 1, 2011, C, p. 84).

E - Os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem (art. 6º, §2º, LINDB).

Assinale a alternativa que contém a **ADEQUADA** correspondência entre categoria e conceito.

- A) 1 - B, 2 - D, 2 - E, 3 - A, 3 - C.
- B) 1 - E, 2 - A, 2 - B, 3 - D, 3 - C.
- C) 1 - A, 2 - B, 2 - C, 3 - D, 3 - E.
- D) 1 - D, 1 - E, 3 - A, 3 - B, 3 - C.
- E) 1 - B, 2 - A, 2 - C, 3 - D, 3 - E.

20. Flávio Tartuce, em seu Manual de Direito Civil (2015, p.217) leciona que a nulidade é a consequência prevista em lei, nas hipóteses em que não estão preenchidos os requisitos básicos para a existência válida do ato negocial. Em relação à disciplina dada pelo artigo 166, do Código Civil, é nulo o negócio jurídico quando:

- A) Celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- B) Quando o negócio for celebrado por relativamente incapaz, sem a devida assistência.
- C) Resultante de erro, dolo ou coação, apenas.
- D) Resultante de erro, dolo ou coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- E) Resultante de erro, dolo ou coação, estado de perigo e lesão, apenas.

21. Assinale a alternativa em que há hipótese de perda dos direitos políticos:

- A) Incapacidade civil absoluta.
- B) Qualquer condenação criminal.
- C) Inscrição na dívida ativa da União.
- D) Cancelamento de naturalização por decisão da autoridade administrativa.
- E) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.

22. João, médico efetivo do Tribunal de Justiça há 10 anos, foi eleito deputado federal. Conforme a Constituição Federal, o referido servidor:

- A) Poderá acumular o exercício do cargo público com o cargo de deputado federal, bem como as remunerações, desde que haja compatibilidade de horários, porque são esferas diferentes, estadual e federal.
- B) Não poderá cumular o exercício do cargo público com o cargo de deputado federal, devendo se afastar do primeiro, caso pretenda exercer o mandato eletivo.
- C) Poderá acumular o exercício do cargo público com o cargo de deputado federal, bem como as remunerações, desde que haja compatibilidade de horários, uma vez que se trata de cargo de médico.
- D) Poderá acumular o exercício do cargo público com o cargo de deputado federal, mas deverá optar por uma das remunerações.
- E) Não poderá cumular o exercício do cargo público com o

cargo de deputado federal, uma vez que servidor público, em nenhuma hipótese, pode cumular cargo público com mandato eletivo.

23. No tocante às disposições gerais referentes ao Poder Judiciário, previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Aos juízes é vedado exercer outro cargo ou função, inclusive, quando estiver em disponibilidade.
- B) Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
- C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios, bem como do Superior Tribunal de Justiça será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada.
- D) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, salvo as disciplinares que serão sempre secretas.
- E) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de 1/3 do respectivo tribunal ou do conselho nacional de justiça, assegurada ampla defesa.

24. Nos termos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**. É privativo de brasileiro nato o seguinte cargo:

- A) Presidente da Câmara dos Deputados.
- B) Oficial das Forças Armadas.
- C) Carreira diplomática.
- D) Ministro de Estado da Justiça.
- E) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

25. Quanto aos direitos políticos contemplados na Carta Política nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**. É condição de elegibilidade, na forma da lei:

- A) A idade mínima de Senador e Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- B) Alistamento eleitoral.
- C) O domicílio eleitoral na circunscrição.
- D) O pleno exercício dos direitos políticos.
- E) A filiação partidária.

26. No que toca à Administração Pública, nos termos expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- B) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- C) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- E) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

27. No que se refere à disciplina aplicável ao Ministério Público Eleitoral, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O promotor eleitoral, membro do Ministério Público que oficia perante o juiz e as juntas eleitorais, é o membro do Ministério Público Federal que oficia perante o juízo incumbido do serviço eleitoral.
- B) Admite-se a recondução, para diversos mandatos consecutivos, do Procurador Regional Eleitoral.
- C) O Ministério Público da União compreende, dentre outros, o Ministério Público Eleitoral.
- D) O Procurador Regional Eleitoral será designado pelo Procurador-Geral Eleitoral dentre os procuradores de justiça no Estado e no Distrito Federal.
- E) Os conflitos de atribuição entre promotores eleitorais que oficiem em estados diversos devem ser resolvidos pelo Procurador-Geral Eleitoral.

28. Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral:

I. Os juízes dos Tribunais Eleitorais servirão sempre por dois anos, obrigatoriamente, podendo ser reconduzidos por mais dois biênios consecutivos.

II. Exercerá as funções de Procurador-Geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Procurador-Geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal. O Procurador-Geral poderá designar outros membros do Ministério Público da União, com exercício no Distrito Federal, e sem prejuízo das respectivas funções, para auxiliá-lo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, onde não poderão ter assento.

III. Compete aos Procuradores Regionais exercer, perante os Tribunais Regionais junto aos quais servirem, as atribuições do Procurador-Geral, o qual poderá autorizar os Procuradores Regionais a requisitar, para auxiliá-los nas suas funções, membros do Ministério Público local, que terão assento nas sessões do Tribunal enquanto perdurar a requisição.

IV. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, entre outras, a competência para processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais, bem como o *habeas corpus* ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e, em grau de recurso, os denegados ou concedidos pelos juízes eleitorais; ou, ainda, o *habeas corpus* quando houver perigo de se consumir violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração.

V. Os Tribunais Regionais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros em quaisquer ações, inclusive nas que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas.

Está correto o que se afirma **APENAS** em:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) I, III e V.
- D) I, II e III.
- E) II, III, IV e V.

29. Ariosvaldo Silva, como advogado, sustentou, em um processo judicial, que as normas da Lei n. 4.737/65 (Código Eleitoral) sobre (I) o recurso sobre a expedição de diploma, estatuindo os requisitos a serem observados, (II) o processo eleitoral, (III) a organização e (IV) a competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, somente poderiam ser alteradas por lei

complementar. À luz da sistemática vigente, é **CORRETO** afirmar que Ariosvaldo Silva está equivocado.

- A) Pois prevalece, nessa seara, o princípio da paridade das fontes.
- B) Apenas em relação à temática descrita em **III**, a qual pode ser alterada por lei ordinária.
- C) Apenas em relação às temáticas descritas em **II, III e IV**, as quais podem ser alteradas por lei ordinária.
- D) Apenas em relação às temáticas descritas em **I, II e III**, as quais podem ser alteradas por lei ordinária.
- E) Apenas em relação às temáticas descritas em **I e II**, as quais podem ser alteradas por lei ordinária.

**30.** Sobre os órgãos da Justiça Eleitoral, é **CORRETO** afirmar:

- A) Compete ao Juiz Eleitoral processar e julgar o registro e o cancelamento de registro dos diretórios municipais de partidos políticos.
- B) Além da função jurisdicional, o Juiz Eleitoral exerce função administrativa, já que investido de poder de polícia. São exemplos dessa função administrativa: medidas para impedir a prática de propaganda eleitoral irregular e o alistamento eleitoral.
- C) O Tribunal Superior Eleitoral é composto, entre outros, por dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Senado Federal.
- D) Os Tribunais Regionais Federais elegerão seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os Juízes que os compõem.
- E) Junta Eleitoral é órgão da Justiça Eleitoral composta pelo Juiz de Direito, que a preside, pelo representante do Ministério Público eleitoral e por dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.

**31.** Avalie as seguintes asserções:

I. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político.

II. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar, originalmente, os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e Juízes Eleitorais de Estados diferentes.

III. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar, originalmente, os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais e pelos seus próprios membros.

IV. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais, submetendo essa divisão, assim como a criação de novas zonas, à aprovação do Tribunal Superior.

Estão **CORRETOS** os itens:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II e III.

**32.** Aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma,

serão inelegíveis, a contar da eleição, pelo prazo de:

- A) 10 (dez) anos.
- B) 8 (oito) anos.
- C) 6 (seis) anos.
- D) 4 (quatro) anos.
- E) 2 (dois) anos.

**33.** O Código Eleitoral prevê que, sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em:

- A) Dois dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- B) Três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- C) Cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- D) Dez dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- E) Quinze dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

**34.** Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não se pode imputar crime de peculato à pessoa estranha à Administração Pública, pois referido delito exige para sua configuração a especial condição do sujeito ativo, que deve ser funcionário público.
- B) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes cometidos contra a Administração Pública.
- C) A mera solicitação ou aceitação de vantagem indevida consome o crime de corrupção passiva, independentemente do recebimento da gratificação ou do proveito almejado.
- D) Quando o falso se exaure no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim, condição que não se altera por ser menor a pena a este cominada.
- E) O Supremo Tribunal Federal decidiu que o art. 331, do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, foi recepcionado pela Constituição de 1988.

**35.** Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma causa de extinção da punibilidade.

- A) Morte do agente.
- B) Anistia, a graça ou o indulto.
- C) *Abolitio criminis*.
- D) Retratção do agente, nos casos em que a lei a admite.
- E) O casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.

**36.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre prescrição.

- A) São imprescritíveis a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- B) Extingue-se a punibilidade do agente pela prescrição.
- C) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade pela prescrição incidirá sobre a soma das penas cominadas aos delitos.
- D) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento na pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- E) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

37. No que tange aos preceitos que versam sobre o crime no Código Penal, assinale a assertiva **CORRETA**.
- A) Aquele que age sob discriminante putativa, é isento de pena, independente se o seu erro derivar de culpa.  
 B) Se o erro sobre a ilicitude de fato é evitável, diminui-se a pena de um terço à metade.  
 C) Se a conduta é cometida sob coação irresistível, só se pune o autor da coação.  
 D) O erro sobre elemento que constitui o tipo penal não exclui o dolo.  
 E) O erro quanto à pessoa reduz de um sexto a um terço da pena.
38. Das normas que versam sobre delitos contra a Administração Pública, aponte a alternativa **CORRETA**.
- A) Na modalidade de peculato culposo, se o dano for reparado até a sentença irrecorrível, o agente tem extinta a punibilidade.  
 B) O crime de corrupção passiva exige o recebimento efetivo de vantagem ilegítima para fins de configuração do tipo penal.  
 C) É causa de aumento, em até a metade da pena, na hipótese do servidor público criminoso ocupar função de direção ou chefia.  
 D) Abandono de cargo público, fora das hipóteses legais, é fato penalmente atípico.  
 E) Aquele que exerce função pública de natureza voluntária e não remunerada não se equipara a funcionário público para fins penais.
39. Sob a parte geral do CPC, a incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como:
- A) Objeção.  
 B) Exceção.  
 C) Questão preliminar de contestação.  
 D) Embargos.  
 E) Apelação.
40. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe, **EXCETO**:
- A) Assegurar às partes igualdade de tratamento.  
 B) Velar pela duração razoável do processo.  
 C) Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias.  
 D) Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, a não ser nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.  
 E) Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
41. Considera-se inepta a petição inicial quando:
- A) Faltar-lhe pedido ou causa de pedir.  
 B) O pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.  
 C) Da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.  
 D) Contiver pedidos incompatíveis entre si.  
 E) Todas as alternativas estão certas.
42. Analise e aponte a alternativa **INCORRETA** à luz do Código

de Processo Civil.

- A) Para postular em juízo, a parte somente necessita de legitimidade, não se fazendo necessário o interesse.  
 B) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.  
 C) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação; e o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.  
 D) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo. O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.  
 E) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
43. Analise e aponte a alternativa **INCORRETA** à luz do Código de Processo Civil.
- A) Os julgamentos proferidos por órgãos do Poder Judiciário terão caráter público, cabendo exceção nas hipóteses de segredo de justiça.  
 B) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.  
 C) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. E, em sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.  
 D) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que, pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença; ou que desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.  
 E) Não existe a figura do assistente litisconsorcial no Código de Processo Civil Brasileiro.
44. Analise e julgue os itens abaixo:
- I – A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
- II – Se inviável a intimação por meio eletrônico e não houver na localidade publicação em órgão oficial, incumbirá ao escrivão ou chefe de secretaria intimar de todos os atos do processo os advogados das partes pessoalmente, se tiverem domicílio na sede do juízo; ou por carta registrada, com aviso de recebimento, quando forem domiciliados fora do juízo.
- III – A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- IV – O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários, a fim de se observarem as prescrições legais. Os atos praticados sem a devida observância da forma poderão ser aproveitados, desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

Aponte a alternativa que indica os itens **CORRETOS** de acordo com o CPC:

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e III.

45. Analise e aponte a alternativa **INCORRETA** de acordo com o CPC.

- A) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.
- B) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
- C) O CPC atual dispõe que o pedido deve ser determinado e não admite em nenhuma hipótese pedido genérico.
- D) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior. É lícito formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.
- E) A cumulação de pedidos em um único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão é lícita, desde que os pedidos sejam compatíveis entre si; que o juiz seja competente para conhecer dos pedidos; e que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento utilizado.

46. "Como nunca teremos todas as informações possíveis no dispositivo do processo penal, mostra-se ilusório acreditar em "verdade real" como sinônimo de obtenção do que "verdadeiramente" aconteceu no caso penal, a saber, há um resto desconhecido por definição. Sabe-se que o discurso da verdade real é acolhido de boa-fé por muitos, preocupados em não condenar um inocente e descobrir o que de fato ocorreu. A questão é que o discurso da verdade real traz consigo o rompimento das barreiras e limitações legais em nome do resultado".

*(ROSA, Alexandre Morais da. Para você que acredita em verdade real, um abraço, [https://www.conjur.com.br/2018-fev-16/limite-penal-voce-acredita-verdade-real-abraco](https://www.conjur.com.br/2018-fev-16/limite-penal-voce-acredita-verdade-real-abraco;)).*

Sobre a verdade real, responda:

I - Não há possibilidade de o magistrado garantir o conhecimento de tudo no processo penal.

II - Na busca da verdade real, deve ser feita a diferenciação da verdade formal e da verdade material.

III - No Brasil, o regime de aquisição probatória está regulado por lei.

- A) Todas são verdadeiras.
- B) Todas são falsas.
- C) Apenas I e III são verdadeiras.
- D) Apenas I e II são verdadeiras.

E) Apenas II é verdadeira.

47. Sobre os recursos em geral, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Serão julgados prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
- B) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- C) O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.
- D) No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- E) Os recursos, em regra, serão voluntários, excetuando-se casos em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz da sentença que conceder *habeas corpus* ou da que absolver, desde logo, o réu, com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena.

48. O princípio do juiz natural é um princípio universal, fundante do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O acusado no processo penal tem direito a um julgamento parcial, não sendo possível a modificação do julgador com a finalidade da verdade real.
- B) O juiz natural é um pilar fundante do sistema jurídico brasileiro, constante no rol dos direitos fundamentais.
- C) O princípio do juiz natural veda a atribuição prévia de um juízo específico para julgar dada causa.
- D) A respeito de varas especializadas não ferem o princípio do juiz natural.
- E) A vedação de não haver juízo ou tribunal de exceção está ligada ao princípio do juiz natural.

49. Segundo Ada Pellegrini Grinover: "a imparcialidade do juiz, mais do que simples atributo da função jurisdicional, é vista hodiernamente como seu caráter essencial, sendo o princípio do \_\_\_\_\_ erigido em núcleo essencial do exercício da função. Mais do que direito subjetivo da parte e para além do conteúdo individualista dos direitos processuais, o princípio do \_\_\_\_\_ é garantia da própria jurisdição, seu elemento essencial, sua qualificação substancial. Sem o \_\_\_\_\_ não há função jurisdicional possível". As lacunas referem-se a importante princípio do Direito Processual Penal. Marque a assertiva que traz **CORRETO** os princípios citados pela autora:

- A) Juiz natural, publicidade, proporcionalidade.
- B) *Nemo tenetur se deterege*, juiz natural, verdade real.
- C) Juiz natural, juiz natural, juiz natural.
- D) Verdade real, inocência, publicidade.
- E) Publicidade, juiz natural, ampla defesa.

50. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Nos termos do Código de Processo Penal, determinará a competência jurisdicional:

- A) A distribuição.
- B) O domicílio, mas não a residência do réu.
- C) A natureza da infração.
- D) O lugar da infração.
- E) A prevenção.